

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 170

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 043ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE NOVEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Nelson Tureck.

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3904

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3904, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que orienta a implantação de Distritos Industriais Ecológicos e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 189/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 077/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 663/97, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo “a orientar a implantação de distritos industriais ecológicos visando incentivar a localização de empresas não poluentes nos municípios, priorizados e beneficiados pela Lei nº 59/91 de 1º de outubro de 1991, objetivando a agregação de valor, a valorização dos produtos e o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região. “Ainda, concede

na forma que especifica, benefícios tributários em relação ao pagamento do ICMS.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de fato de a medida afrontar o artigo 14 e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) porque caso acolhida, implicaria em renúncia de receita estadual.

Por oportuno, vale adiante transcrever o citado dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentária-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, aplicação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 663/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a orientar a implantação de Distritos Industriais Ecológicos visando incentivar a localização de empresas não poluentes nos municípios, priorizados e beneficiadas pela Lei nº 59/91 de 1º de outubro de 1991, objetivando a agregação de valor, a valorização dos produtos e o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.

Parágrafo Único - As empresas implantadas, tendo em vista os Distritos Industriais Ecológicos abrangidos por esta lei, poderão perceber os seguintes benefícios:

a - seu enquadramento automático no percentual do ICMS incrementável enquadrável na hipótese de setores Integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado, oriundo da regulamentação da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992;

b - poderão proceder mensalmente, pelo período máximo de 10 (dez) anos, a apropriação do ICMS no percentual de 5% (cinco por cento) do ICMS a recolher, como subsídio integral e efetivo, cumulativamente aos benefícios oriundos da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992;

e - visando incentivar a migração de indústrias não poluentes já existentes no Estado do Paraná, para estes municípios especiais, adicionalmente poderão ser concedidos a possibilidade de apropriação do ICMS pago referente aos gastos da edificação das obras civis necessárias, como subsídio integral e efetivo, semelhante e cumulativo ao incentivo previsto para aquisição de equipamento oriundo da Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1.992.

Art. 2º - Os Distritos Industriais Ecológicos poderão ser propostos ao órgão estadual competente, conforme regulamentação do Poder Executivo, através da apresentação de processos que cumpram, no mínimo, as seguintes condições:

a - identificação da infra-estrutura disponível para implantação do Distrito Industrial Ecológico e dos tipos de empresas e produtos a serem incentivados;

b - delimitação da área a a serem ocupadas pelas empresas não poluentes passíveis de implantação no Distrito Industrial Ecológico;

c - além de atas ou leis que comprovem a decisão do Executivo e Legislativo de cada município ecológico, assumindo o compromisso de apoio ao Distrito Industrial Ecológico;

d - ata da respectiva associação de municípios apoiando a iniciativa do/dos Distritos Industriais Ecológicos a serem criados em sua área de supervisão;

e - comprovar que localiza-se em área de proteção ambiental e/ou de preservação de mananciais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.05.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Nossas matas e nossa água devem receber a proteção mais adequada possível pois nossa sobrevivência está atrelada à forma como as respeitamos hoje.

Porém as restrições que fazemos para que uma empresa possa instalar-se nos municípios ecológicos, por esta proposta de lei definidos é enorme, o que acarreta para esse município dois ônus.

O primeiro que é o de proteger nossas matas e nossas águas e o segundo é o de sofrer restrições ao seu desenvolvimento.

É importante frisar que não fazemos restrições à localização de empresas limpas pois, pela lógica, são benquistas onde quer que se instalem.

Não podendo pois fazer restrições, existe a necessidade de proceder uma orientação, um incentivo, mesmo que temporário como esta lei sugere, para que a empresa saiba onde pode ser mais útil, ou seja, cumprir seu objetivo social, pois proporcionará mais emprego e renda em municípios onde o desenvolvimento econômico ecossustentado deve ser a dinâmica de sempre.

Que esta proposta possa auxiliar os municípios que tanto vêm cumprindo com o papel de garantir a qualidade de vida do nosso Paraná, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a ecologia, necessidade tão comentada e menos executada neste mundo.

Não bastam as regras que temos para proteção do meio ambiente; temos que desenvolver mecanismos que façam com que estas regras sejam respeitadas e principalmente, mecanismos que conciliem a necessidade do cidadão de ter emprego e renda e a necessidade das gerações futuras de ter um meio ambiente equilibrado.

Meio ambiente e desenvolvimento: um não pode prescindir do outro.

Distritos Industriais Ecológicos são as soluções.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO AO PROJETO DE LEI Nº 663/97

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto do governador, orienta a implantação de Distritos Industriais Ecológicos e dá outras providências.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento com o estatuído na Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigo 14 e seus parágrafos 1º e 2º, pois caso acolhida, implicariam em renúncia de receita.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água.

RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 185/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 080/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 134/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Pode Executivo fica autorizado a “determinar a prestação de informações, discriminada e regularmente, nas faturas de energia elétrica ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço), do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e sobre repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) de cada município”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, considerando a medida impossível de ser adotada, argumentando que:

“Em razão da necessidade de unificar os livros e documentos fiscais a serem utilizados pelos contribuintes do ICMS, foram celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, os Convênios SINIEF S/N, de 15.12.70, e o 6/89. Assim, não pode o Estado do Paraná, legislar isoladamente, acerca da matéria.

Não obstante isso, a preocupação do nobre deputado também é a do Governo, que já disponibilizou na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet (www.pr.gov.br/sefa) um link - “Responsabilidade Fiscal”, para dar publicidade às informações sobre o orçamento e as finanças do Governo. Tal iniciativa representa importante avanço na promoção da cidadania no Estado do Paraná, pois, ao tempo em que se investe na transparência da administração pública estadual, possibilitando-se o acompanhamento da situação orçamentária e financeira de programas, projetos e atividades governamentais, ganha a sociedade paranaense, pois com uma maior aproximação de Governo e cidadão, crescendo as responsabilidades de ambos quanto ao uso dos recursos e a situação das contas públicas”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto e lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 134/99 encontra-se publ. no DA nº 051/2001, de 03.05.2001 em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO DO EXECUTIVO AO
PROJETO DE LEI N 134/99

P A R E C E R :

O Projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado a determinar a prestação de informações, nas faturas de energia elétrica, sobre a arrecadação mensal do ICMS, IPVA, FPM.

O referido projeto foi vetado pelo Executivo sob a alegação de que um convênio entre o Estado e o Conselho Fazendário, impossibilita o Governo de legislar isoladamente sobre tal matéria. Também argüiu o aturo do veto que as informações sobre a arrecadação dos impostos citados no projeto em tela já estão ao alcance de todos os contribuintes no site da Secretaria da Fazenda.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao veto, vez que o projeto de lei, embora aprovado por esta Casa, é meramente sugestivo e o Governo do Estado já manifestou-se contrariamente ao seu aproveitamento.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido o senhor 1º secretário, deputado Luiz Carlos Zuk, para que faça a chamada dos senhores deputados. Os senhores deputados que forem favoráveis ao veto, manifestem-se com a cédula "SIM" e os contrários ao veto, manifestem-se com a cédula "NÃO".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk)

(Inicia a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, em respeito ao Parlamento do Estado do Paraná e aos senhores deputados, estou comunicando à Mesa que não existem cédulas "Sim" na cabine de votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Suspende-se a votação até que se providencie a cédula "SIM".

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Designo deputados Fernando Ribas Carli, Ademar Traiano, Marcos Isfer e Miltinho Pupio para escrutinação dos votos.

Quarenta (40) deputados votaram.

Vinte (20) sim; dezoito (18) não; e dois (02) em branco.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para

terça-feira, dia 20, logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 054, 068, 072 e 078/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
14ª LEGISLATURA- 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Estado dos Transportes, às 10 horas, os nobres pares desta Comissão em caráter extraordinário, os senhores deputados: Algaci Tulio, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Sérgio Spada, presidida pelo deputado Edson Strapasson, para tratar de assuntos inerentes ao processo de pedageamento nas estradas paranaenses. Bem como solicitar oficialmente que o senhor secretário dos Transportes, senhor Nelson Justus, convide técnicos da Coordenadoria de Concessões e Pedageamento dessa Secretaria, como sejam providenciadas cópias de toda a documentação referente ao assunto, mais especificamente: conforme ofício entregue em mãos): 1º) que o Departamento de Estradas de Rodagem -DER, esclareça os critérios objetivos que possibilitaram a apreciação no julgamento das propostas, como interesse público, as condições de qualidade dos serviços, rendimento, preço, etc., cópia da documentação referente ao processo licitatório, incluindo Edital para a realização das concessões de pedageamento; - relação das empresas e/ou consórcios inscritos e habilitados que participaram do processo licitatório nas diversas praças de pedágio, e respectivas homologações; - contratos celebrados e respectivos aditamentos; 2º) Especificação da forma com detalhamento da arrecadação mensal e anual por praça e por concessionária dos serviços de pedágio, desde o início da concessão até os dias atuais; - demonstração da sistemática para fiscalização e medição e respectivos responsáveis, das obras e serviços realizados com base nos custos pré-estabelecidos; - nomeação e qualificação dos responsáveis pelo controle de gestão de todas as atividades das concessionárias do pedágio. 3º) Valores de recursos investidos pelas concessionárias, detalhando investimentos e custeio com obras, manutenção e conservação, antes do funcionamento das praças de pedágio e outras obras discriminadamente; - quais os valores gastos especificados por categorias: manutenção, conservação, serviços complementares, limpezas, etc., após o início da

cobrança do pedágio; apresentação da estrutura existente para atendimento ao usuário, com custos unitários e totais dos serviços prestados, especificando serviços de socorro, ambulância, guinchos etc. - relatório completo de obras novas, indicando obras concluídas, obras em execução, com a respectiva composição de serviços e custos discriminados; - cronograma de obras, por concessão e por trecho, programadas para o período da concessão; - detalhamento das despesas com serviços de apoio, como levantamentos técnicos, assessorias e consultorias contratadas pelas concessionárias. Após a entrega da presente solicitação o senhor presidente pede o prazo de entrega ser feito em 10 dias. Na sequência o secretário cumprimentou a Comissão, mencionando ser

esta uma oportunidade ímpar que a Secretaria possui para mostrar não só à Assembléia, mas através da imprensa o que realmente é o programa de pedágio ademais a reunião transcorreu conforme notas taquigráficas. Ficando agendado para o próximo dia 07 de novembro do corrente a explanação dos itens solicitados inclusive contando com a presença dos meios de divulgação, todos aprovaram. O senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária